



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries . . .	Ano 360\$00
A 1.ª série . . .	140\$00
A 2.ª série . . .	120\$00
A 3.ª série . . .	120\$00
Semestre	200\$00
"	80\$00
"	70\$00
"	70\$00

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Declaração — Rectifica a forma como foi publicada a Portaria n.º 16 044, que reforça verbas inscritas nas tabelas de despesa ordinária dos orçamentos gerais em vigor em diversas províncias ultramarinas.

Ministério da Justiça:

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 5.º do orçamento do Ministério.

Ministério das Finanças:

Declaração de terem sido autorizadas transferências de verbas dentro do capítulo 3.º do orçamento do Ministério.

Ministério do Exército:

Decreto n.º 40 881 — Autoriza a Administração-Geral do Exército a despendar uma quantia em dois anos sucessivos com os encargos que se vão contrair para a aquisição de cinco radares A. A. e aparelhagem complementar, destinada à artilharia antiaérea do Exército.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto n.º 40 882 — Autoriza a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da enpreitada de «Obras de ampliação do edifício dos correios, telégrafos e telefones de Azaruja».

Ministério das Comunicações:

Declaração de ter sido autorizado o reforço de uma verba inscrita no orçamento privativo da Administração-Geral do Porto de Lisboa.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria

Segundo comunicação do Gabinete do Ministério do Ultramar, a portaria publicada, sob o n.º 16 044, no *Diário do Governo* n.º 250, 1.ª série, de 17 de Novembro corrente, e cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria, saiu com a inexactidão seguinte, que assim se rectifica:

No n.º 4.º, capítulo 8.º «Serviços militares», artigo 183.º, n.º 2), onde se lê:

c) «A praças reformadas, ...»

deve ler-se:

e) «A praças reformadas».

Secretaria da Presidência do Conselho, 28 de Novembro de 1956. — O Secretário da Presidência, *Diogo de Castelbranco de Paiva de Faria Leite Brandão*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Justiça, por seu despacho de 15 do mês corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 5.º

Direcção-Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores Reformatório de Lisboa (sexo feminino)

Artigo 343.º «Despesas de comunicações»:

N.º 3) «Transportes»:

Da alínea b) «Outras despesas» para a alínea a) «De internados e pessoal que os acompanha»	200\$00
--	---------

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 16 de Novembro de 1956. — O Chefe da Repartição, *Darwin de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

2.ª Repartição

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Presidência, por seu despacho de 14 do mês em curso, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, as seguintes transferências de verbas no vigente orçamento deste Ministério:

CAPÍTULO 3.º

Presidência do Conselho

Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo

Artigo 224.º «Encargos administrativos»:

Do n.º 3) «Teatro ambulante»	— 100.000\$00
Do n.º 4) «Cinemas ambulantes»	— 330.000\$00
Do n.º 5) «Grupo de Bailados Verde-Gaio»	— 70.000\$00
	— 500.000\$00

Para o n.º 1) «Para satisfação de despesas resultantes da execução do Decreto-Lei n.º 34 133 e Decreto n.º 34 134, de 24 de Novembro de 1944, não mencionadas em rubricas próprias» + 500.000\$00

2.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 19 de Novembro de 1956. — O Chefe da Repartição, *José de Sousa Nunes Ferreira*.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

2.º Direcção-Geral

1.º Repartição

Decreto n.º 40 881

Tornando-se necessário adquirir material radar e aparelhagem complementar, na importância total de 7:076.454\$, e verificando-se que os fabricantes desse material o não podem fornecer totalmente no actual ano económico;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Administração-Geral do Exército a despesdar em dois anos (1956 e 1957) sucessivos 7:076.454\$ com os encargos que se vão contrair para a aquisição de cinco radares A. A. e aparelhagem complementar, destinada à artilharia antiaérea do Exército.

Art. 2.º Seja qual for o valor dos artigos comprados, não poderá a Administração-Geral do Exército despesdar com os pagamentos relativos ao encargo referido no artigo anterior mais do que as importâncias a seguir mencionadas:

No ano económico corrente 6:028.540\$00

No ano económico de 1957 1:047.914\$00

§ único. A verba a despesdar em 1957 poderá ser acrescida do saldo que porventura se verifique existir em 1956.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Novembro de 1956.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES—António de Oliveira Salazar—Fernando dos Santos Costa—António Manuel Pinto Barbosa.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 40 882

Considerando que foi adjudicada a José Roldão a empreitada de «Obras de ampliação do edifício dos correios, telégrafos e telefones de Azaruja»;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de cento e vinte dias, que abrange parte do ano económico de 1956 e do de 1957;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com José Roldão para a execução da empreitada de «Obras de ampliação do edifício dos correios, telégrafos e telefones de Azaruja», pela importância de 195.137\$60.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despesdar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais de 80.000\$ no corrente ano e 115.137\$60, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1957.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Novembro de 1956.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES—António de Oliveira Salazar—António Manuel Pinto Barbosa—Eduardo de Arantes e Oliveira.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral do Porto de Lisboa

Declara-se que, por despacho do Conselho de Administração de 21 de Novembro, foi autorizada a modificação das seguintes verbas do orçamento privativo da Administração-Geral do Porto de Lisboa, nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 36 976, de 20 de Julho de 1948:

Reforço

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 13.º «Encargos administrativos»:

7) «Serviços especiais de vigilância»	<u>50.000\$00</u>
---	-------------------

Anulação

Pagamento de serviços e diversos encargos:

Artigo 13.º «Encargos administrativos»:

12) «Aluguer de máquinas para mecanização de serviços administrativos»	<u>50.000\$00</u>
--	-------------------

Administração-Geral do Porto de Lisboa, 22 de Novembro de 1956.—O Presidente do Conselho de Administração, *Salvador de Sá Nogueira*.